

Clipping n° 1019

, 22 Junho 2012 - 13:21:13

SIGRA: novo momento da comunicação impressa no Brasil Na semana em que acontece a primeira Semana da Indústria Gráfica (SIGRA 2012), a ABTG dará a sua contribuição para que a atividade de impressão se torne cada vez mais sustentável no Brasil. Alinhado com a temática da Rio + 20, o 5º Ciclo de Sustentabilidade, realizado pela ABTG, irá mostrar que a indústria gráfica brasileira está apta a contribuir com o equilíbrio ambiental no País. Com o tema "Passo a passo para ser uma Indústria Sustentável", o evento será gratuito e tem o objetivo de discutir e disseminar o conceito da sustentabilidade entre as indústrias gráficas, através de boas práticas ambientais e sociais. O 5º Ciclo de Sustentabilidade integra a SIGRA 2012, uma iniciativa realizada pela ABIGRAF Nacional e o SINDIGRAF-SP, com o apoio da ABTG. O ciclo de palestras promovido pela ABTG acontece entre os dias 26 e 28 de junho, a sede da entidade, em São Paulo. Já a SIGRA começa no dia 24 de junho e vai até o dia 1º de julho. Abigraf

Juizado manda pagar auxílio e aposentadoria A TNU (Turma Nacional de Uniformização) determinou que os juizados garantam o acúmulo do auxílio-acidente com a aposentadoria por idade. Na Justiça, tem o direito de ganhar os dois benefícios juntos quem recebeu um auxílio-acidente até 9 de dezembro de 1997 ou sofreu um acidente até esta data. A decisão beneficia segurados que têm uma ação em um Juizado Especial Federal, onde são analisados processos de até R\$ 37.320. Com a determinação da TNU, todos os processos que pedem o acúmulo serão devolvidos para as turmas recursais dos juizados (para onde vão os processos dos juizados quando há recurso do INSS). Lá, eles irão pedir para o INSS pagar os dois benefícios juntos. Agora SP

Profissionais não querem que chefes bisbilhotem seus perfis nas redes sociais SÃO PAULO Embora boa parte dos profissionais curta as redes sociais, e, inclusive, querem ter acesso às elas no ambiente corporativo, eles não se sentem tão à vontade com seus chefes acessando seus perfis. Segundo pesquisa elaborada pela Kelly Workforce, dos profissionais entrevistados da geração Y, 56% disseram que seus chefes não deveriam ter o direito de acessar seu perfil nas redes sociais. A porcentagem é quase a mesma na geração X (58%) e Baby Boomers (53%). O levantamento entrevistou 168 mil profissionais em mais de 30 países. Ainda, entre as regiões, dos profissionais das Américas, 51% acreditam que os empregadores não deveriam ter acesso ao perfil profissional dos seus empregados. Na região Ásia-Pacífico (APAC), 64% acham o mesmo enquanto no EMEA (Oriente Médio, Leste Europeu, África), 64% pensam assim. **Empregadores potenciais** Na média mundial, 56% dos empregados acreditam que os empregadores não deveriam ter acesso ao perfil profissional dos colaboradores. Assim como não acham certo os chefes acessarem os perfis virtuais, os profissionais também não acreditam que os empregadores em potencial têm esse direito. Nas Américas, 50% dos profissionais disseram que os recrutadores não deveriam acessar os perfis durante o processo de tomada de decisão. O levantamento também fez outras constatações a respeito do comportamento dos profissionais diante as redes virtuais. Nas Américas, por exemplo, 33% afirmaram acionar seu networking, através das redes sociais, quando estão tomando alguma decisão sobre suas carreiras profissionais. Ainda, 26% dos profissionais de tal região acham mais fácil encontrar emprego via redes sociais do que pelos meios tradicionais, como jornal e empresas e recrutamento e seleção. Infomoney

Atraso na homologação rescisória no sindicato não gera multa do artigo 477 da CLT Com o entendimento que uma vez pagas as verbas rescisórias no prazo, a homologação tardia da rescisão não gera a multa do artigo 477 da CLT, a Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão que isentou o Banco IBI S. A. Banco Múltiplo do pagamento da multa a uma empregada terceirizada que vinha pretendendo enquadramento na categoria profissional dos bancários. Na segunda instância, o Tribunal Regional da 3ª Região (MG) não reconheceu o enquadramento de bancária da empregada, mas lhe deferiu a verba da multa do artigo 477, em decorrência do atraso na homologação da rescisão contratual junto ao sindicato, mesmo as verbas tendo sido pagas no prazo devido. O banco recorreu ao TST e a Quinta Turma do Tribunal, entendendo não haver previsão legal para a aplicação da multa, absolveu-a da condenação. Inconformada, a empregada interpôs embargos a SDI-1, sustentando que o atraso na homologação da rescisão gerava a obrigação do empregador ao pagamento da multa. O recurso foi examinado na seção especializada pelo relator, ministro Horácio de Senna Pires, que manteve o entendimento da Turma. Segundo o relator, a maioria do Tribunal tem entendido que o fato gerador da multa prevista no parágrafo 8º do artigo 477 da CLT diz respeito apenas ao descumprimento dos prazos citados no parágrafo 6º daquele artigo para a quitação das parcelas devidas, "não importando, para tal, o atraso no ato de assistência sindical à rescisão". O voto do relator foi seguido por unanimidade. Processo: E-ED-RR-743-04.2010.5.03.0114

Criação de empregos formais cai 44% em maio e registra pior resultado desde 2009 Brasília A criação de empregos formais registrou, em maio, o pior resultado desde 2009, divulgou hoje (21) o Ministério do Trabalho. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 139.679 vagas com carteira assinada foram criadas no mês passado em todo o país, número 44,5% menor que o dos postos de trabalho abertos em maio de 2011 (252.067). O resultado foi o pior registrado para o mês desde 2009, quando 131.557 vagas foram abertas. O melhor desempenho para meses de maio foi o de 2010, com 298.041 postos formais de trabalho criados. Os setores que mais criaram empregos no mês passado foram a agropecuária, com 46.261 vagas abertas, serviços (44.587) e indústria de transformação (20.299). Na comparação por estados, São Paulo lidera, com 52,6 mil postos de trabalho abertos. Em termos percentuais, no entanto, o maior crescimento foi registrado no Acre, com 1,06% a mais de empregos com carteira assinada em maio na comparação com abril. Seis estados tiveram queda no estoque de empregos em maio: Roraima, Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Norte, Alagoas e Rio Grande do Sul. No acumulado do ano, o país criou 877.909 empregos formais, 21% a menos que nos cinco primeiros meses do ano passado, quando 1,11 milhões de vagas foram abertas em todo o país. A comparação leva em conta as declarações enviadas com atraso pelos empregadores de janeiro a abril de cada ano e desconsidera os números ajustados para meses de maio. Os números do Caged foram divulgados no mesmo dia em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou que a taxa de desemprego em maio somou 5,8%, o menor resultado do mês desde o início da série histórica, em 2002. As duas pesquisas têm metodologia diferente, o que pode explicar, em parte, os resultados divergentes. Baseado em amostragens, o levantamento do IBGE leva em conta o emprego em seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. A pesquisa do Ministério do Trabalho considera a abertura e o fechamento de vagas com carteira assinada em todo o país com base em declarações enviadas pelos empregadores. Agência Brasil

Prévia da inflação oficial desacelera para 0,18% em junho Rio de Janeiro - O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) ficou em 0,18% em junho, bem abaixo da taxa de 0,51% registrada em maio, de acordo com os números divulgados hoje (21) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em junho do ano passado, a taxa havia ficado em 0,23%. Com esse resultado, a variação do IPCA-E (acumulado do IPCA-15) no segundo trimestre de 2012 atingiu 1,12%, abaixo da verificada no mesmo período de 2011, 1,71%. O IPCA-E fecha o primeiro semestre do ano com uma taxa de 2,58%, 1,52 ponto percentual abaixo do resultado de igual período do ano anterior (4,10%). No acumulado dos últimos 12 meses, o índice está em 5%, ligeiramente abaixo dos 5,05% dos 12 meses anteriores. Entre os setores pesquisados, o de transportes, com deflação de 0,77%, foi o que mais contribuiu para a forte redução do IPCA-15 em junho. Segundo o IBGE, isso é um reflexo do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) zero para automóveis novos, a partir de 21 de maio, e da queda de 1,51% no preço do

etanol, como consequência das baixas cotas da cana-de-açúcar e da gasolina. Já a maior pressão foi exercida pelo grupo dos alimentos, com 0,66%. Entre outros produtos, ficou mais caro, no período da pesquisa, comprar tomate (aumento de 19,48%), cebola (16,22%) e batata (6,7%). Para o cálculo do IPCA-15, os preços foram coletados no período de 15 de maio a 13 de junho, nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, além das cidades de Brasília e Goiânia. O indicador se refere aos gastos de famílias com rendimento de um a 40 salários mínimos. Agência Brasil

Jorge Caetano Fermino

pj